



Brasília, 18 de junho de 2014.

DN em Brasília: Luiz Antonio (em substituição a Coordenadora Janine), Paulo Henrique, Gibran, Rosângela, João Paulo, Rogério, Rolando, Darci, Marilda, Artemísia (em substituição a Coordenadora Vanda), Jeamerson (em substituição ao Coordenador Luiz Antonio) e Ivanilda.

CNG: SINTESAM (Ronaldo Bastos, Ronaldo Pontes) **SINTUFCE** (Henrique, Antonieta Euzébio, Manoel, José Almiram e José Santiago); **SINTUFAL** (Giselle Vicente, Nadja); **SINTEST-RN** (Francisco das Chagas, Iêda Salvino); **SINTUFEPE-FEDERAL** (Leilane Cruz, Maria do Socorro Silva, Luiz Carlos, Paulo de Tarso, Everson), **SINTUFEPE-RURAL** (Durval Batista, Roberto Eduardo); **SINTEST-RN** (Francisco das Chagas, Iêda Salvino) **SINTUF-MT** (Jean Carlos, César Segóvia); **SINTFUB** (Jorge, Edmilson Lima); **SINTET-UFU** (Lázaro Manoel, Lázaro Antônio, Marisa, Celeste); **SINTEST-PR** (Ana Paula); **SINTUFSC** (Terezinha, Enézimo Marcelino, Enaura, Jorge Luiz), **SINTUFSCAR** (Humberto Luis, Sérgio Ricardo); **SINDTIFES-PA** (Kátia Rosângela, Miguel da Silva), **SINTUFF** (Nereu da Costa, Paulo de Souza); **SINTUFRJ** (Aluízio Paulino, Milton Santos, Paulo César, Gercindo Teotônio, Walimir Penedo); **SINTUFES** (Alvaléria, Wellington).

INFORME NACIONAL

AVALIAÇÃO DE CONJUNTURA

Greve Nacional: 3 meses de enfrentamento à intransigência do Governo

Foi debatido no CNG, na tarde de 18 de junho, uma avaliação de conjuntura e encaminhamentos, baseada na metodologia de leitura, destaques e apreciação do CNG por votações dos destaques, tendo resultado o texto que segue abaixo:

Estamos vivendo um período intenso de greves e manifestações, protagonizadas em especial pelo MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) e por várias categorias de trabalhadores, mas também por outros segmentos dos movimentos sociais. Ainda é distinto do que foi protagonizado em junho de 2013, que contou com uma participação multitudinária de amplas massas de jovens e trabalhadores, mas já traduzindo uma robustez que extrapola significativamente a vanguarda, denunciando a completa inversão de prioridades pelos governantes do país.

Além da greve em curso nas universidades e institutos federais, há manifestações de greves de outras categorias como os rodoviários em São Paulo, Rio de Janeiro, São Luís, Salvador, Natal e outras; os professores do Rio de Janeiro e de São Paulo, trabalhadores da saúde municipal de BH e estadual de Minas; os metalúrgicos de São José dos Campos (SJC), a mobilização dos operários da construção civil em Belém e Fortaleza, as mobilizações e greves nas polícias, como Salvador, Recife e Brasília, a heroica luta dos metroviários de São Paulo, a greve em curso nas universidades estaduais paulistas, a paralisação nas universidades estaduais da Bahia e do Ceará, e do processo que envolve parcela do funcionalismo federal.

Vários desses processos se deram na contramão de direções colaboracionistas, que buscaram controlar as dimensões das lutas, ou se colocaram abertamente no enfrentamento a elas. Assistimos esse processo desde a luta dos garis no Rio, passando pelas manifestações e greves de rodoviários.

Ainda são processos limitados na conjuntura, com duros enfrentamentos, seja com a patronal, seja com o judiciário, são semi articulados, no sentido de que fazem parte de um processo e aprendem com os enfrentamentos anteriores, mas que permitem uma retomada de protagonismo frente à política e investida do Governo, que insiste, em negar qualquer dimensão de alcance das novas jornadas de lutas. O governo Dilma tenta minimizar e desvincular as greves e as lutas dos movimentos populares dos protestos contra os

abusivos gastos da Copa, apesar das nítidas ligações entre as bandeiras e palavras de ordem, que expõem as opções e prioridades estabelecidas pelo Governo.

A mídia oficial mascara a realidade apresentando um cenário que não retrata a conjuntura atual, protagonizando uma cadeia nacional em que informações não pertinentes à copa e à lógica da pátria de chuteiras devem ser arquivadas.

Demonstrando compromisso com os interesses do capital, e medindo os limites da possibilidade de vencer em primeiro turno, o Governo ainda se posiciona sem negociar com os movimentos. A busca do governo por alianças mais à direita como forma de compensar a perda de apoio (como chamar Maluf para o palanque de Padilha) tornam cada vez mais retrógrada as medidas econômicas e o trato com os movimentos sociais.

Para isso, intensifica a criminalização das lutas. Apesar de não ter como votar medidas mais repressivas no congresso nacional no presente momento, a repressão jurídica tem sido a marca, com sucessivas definições de ilegalidades de movimentos. A abusividade, comandada a partir da AGU, tem buscado frear o movimento, hierarquizando suas iniciativas a partir do controle das forças de repressão. São exemplos a criminalização das greves de PMs, agora com liminar cobrando 1,1 milhão das associações de policiais de Pernambuco, supostamente o custo do uso da Força Nacional de Segurança, e a definição preventiva em 1 mês de antecedência de que qualquer greve da Polícia Federal seria abusiva. Nas greves de rodoviários, pesadas multas para proibir as greves (o que se mostrou inútil, na medida em que esses movimentos se estruturaram a revelia da posição oficial das entidades), e também intenção de cortar o ponto dos trabalhadores em greve do IBGE e do corte do ponto dos trabalhadores da Cultura. Nessa esteira, vimos o trato do Governo Aickmin com a greve dos metroviários, na base do porrete e da criminalização judicial da greve e dos ativistas, que demanda de nossa parte sólida campanha de denúncia desse déspota, e de apoio aos lutadores do metrô.

Mais do que em momentos anteriores, o judiciário tem se mostrado o quanto é uma instituição a serviço das elites dominantes, intervindo grosseiramente na supressão quase que total do direito de greve, enquanto é complacente com a omissão do direito de negociação coletiva. Seu caráter de classe fica desnudado, pois objetiva legitimar a repressão pelo aparelho do Estado, e instituindo uma situação que nos remete a comparações com o Estado Novo ou com o regime militar. Seguramente, a redemocratização das relações de trabalho volta a ser preocupação de primeira grandeza para as centrais sindicais e sindicatos de classe, através da unificação do enfrentamento ao processo de criminalização das lutas.

O agravamento do quadro econômico dá sinais de esgotamento do modelo alicerçado nos juros altos, câmbio flutuante, metas de inflação e ajuste fiscal para cumprir o superávit primário. Mesmo com as sucessivas elevações da taxa de juros que vimos nos últimos meses, subindo de 7,25% para 11%, o custo de vida acumula alta anual de 6,3% (o IPCA recuou apenas 0,19 pontos), e o PIB continua “pibinho”, agora com projeção em torno de 1,5%. No marco internacional atual, num país de commodities e dificuldades econômicas, as agências de classificação continuam apontando perda de interesse de investimento externo no Brasil. O setor do comércio sente a crise, e o índice de confiança do comércio acentua agora a queda, incluindo automóveis (-12,9% em abril para -16,9% em maio) e construção, o que se traduz em retração de investimentos futuros (Fonte: FGV).

Outros elementos conjunturais, típicos de períodos eleitorais são identificados neste momento, tais como:

- Contenção de reajustes tarifários para pós-eleições;
- Não mexer por hora na Selic, visando estabilizar a economia e também por conta das eleições, dos efeitos negativos sobre o PIB, e ausência de efeitos esperados sobre a inflação;
- Manutenção de uma política tributária que assegure os compromissos financeiros e cumprimentos de metas fiscais, daí a correção da tabela do IR, em 4,5%, ficando abaixo da inflação e dos acordos salariais, o que acarreta incremento da arrecadação, que está esse ano, mesmo com crise econômica, 1,8% acima de 2013. Assim, somado à arrecadação das concessões, pode, mesmo com o mega incentivo ao agronegócio, manter a remuneração via dívida, atualmente em 2,12 trilhões (FONTE: Portal G1 - título: Dívida pública sobe 5,7% em 2013);
- Reafirmação do compromisso com os empresários, para desoneração da folha agora ficando permanente – para a previdência, uma renúncia fiscal de 1,6 bi, em troca da “manutenção” de empregos, a história mostra que não funciona assim, e que coloca novas investidas sobre a previdência e o salário mínimo num futuro próximo;
- Também acenar para os empresários com a volta da restituição tributária de 3% das exportações com o argumento de geração de empregos;
- Avançar em interesses privados na saúde e educação (além das políticas já desenvolvidas via fundos de pensão), enquanto mercadorias a serem exploradas pelo capital e desoneradas das funções do Estado. Por exemplo, a votação do PNE, que manteve o ensino privado no destino dos 10% do PIB. Após as discussões e tentativas de isenções fiscais para os planos de saúde, da “anistia” das multas dos planos, vetado pela presidenta Dilma, da EBSEH nos hospitais universitários, e da empresa no INCA.

É neste cenário que se estruturou a greve da FASUBRA, desde 17 de março. Se por um lado está envolta nesse quadro de lutas e mobilizações, por outro enfrenta a decisão do governo em não negociar qualquer item que tivesse repercussão financeira, atendendo sua política fiscal; e na necessidade de não sinalizar para outros segmentos possibilidades de vitória que incentivassem novas lutas. Para, além disso, não foram

atendidos pleitos como suspensão dos processos contra trabalhadores de nossa base em decorrência de suas atividades sindicais. O Governo foi sabedor do desgaste que escolheu assumir com nossa categoria. Nas conversas como a de 07 de maio com MEC e MPOG (que não significaram negociação), transpareceram seus “cálculos” frente aos seus interesses de política econômica e de impacto gerado no processo eleitoral, haja vista o descaso com os profissionais da educação pública superior (TAE).

Diante do agravamento da crise levada pela atual política econômica, o Governo, ao invés de buscar apoio nos movimentos sociais e exigir que os ricos paguem pela crise, optou por ser mais intenso no ataque aos trabalhadores. Nossa greve, em que pese seu esforço e determinação em construir brechas no consórcio governista, apoio parlamentar e possibilidades de estabelecer negociações, encontrou melhores possibilidades não na negociação nacional, dada a intransigência do Governo, mas sim nos itens que possibilitaram traduzir-se em reivindicações e negociações, cuja resolatividade pode se dar a partir da esfera local de cada IFE, coordenado e potencializado a partir da articulação nacional das ações via Fasubra. Como parte dessas iniciativas, o CNG/FASUBRA, reunido no dia 17/06, atualizou o levantamento sobre o andamento das negociações acerca da redução da jornada de trabalho com turnos contínuos que estão ocorrendo nesse momento em 32 instituições, em diversos estágios de encaminhamento, inclusive algumas que já adotam este regime. Fica notório que esta luta avançou significativamente no período da greve. Entendemos que este debate não pode se dar de forma isolada e deve ser conectado nacionalmente para nos fortalecer e potencializar as conquistas. Ressalte-se, ainda, o debate sobre creches ou apoio às políticas de capacitação.

Em geral, as negociações encontram uma correlação de forças mais favorável para avançar com as reitorias do que com o governo federal, inclusive nas pautas internas articuladas nas bases e negociadas nas reitorias. Diante disso, o CNG debateu adequado ajuste de nossos tempos da greve, buscando assegurar uma coesão nacional e a integridade de nossas forças, para não gerar um quadro de fragilização e de saída desarticulada do processo de greve.

Assim, a definição do momento de saída unificada da greve passou a ser uma preocupação assumida pelo CNG.

O Governo, inconstante em seu espírito autoritário e repressor, entrou com representação no STJ contra a greve, falsificando o debate de quem não se dispõe a negociar. E, mais uma vez a autonomia é solapada pela intervenção do MEC e AGU nas IFE. A Federação não recebeu a notificação, mas temos informes de que nesta ação o relator determinou a exigência de suspensão do movimento grevista e sugeriu que o Governo estabeleça negociação, e determinou multa diária de 200 mil às nossas entidades de base e federação. Assim, abre-se o caminho para o Governo Dilma tentar criminalizar nossa luta que é em defesa da universidade pública e dos trabalhadores, e que ganhará centralidade na ação de denúncia da federação sobre práticas antissindicais e antidemocráticas junto a OIT.

De todo esse quadro, e considerando as possibilidades de nosso movimento, de negociações da pauta por Universidade, e de necessidade de mantermos nossa organização para futuros embates na luta, o CNG decidiu por:

- a) Preparar resposta jurídica articulada nacionalmente, frente à ação movida pelo Governo contra a greve, incluindo a exigência de negociação, aventada no despacho.
- b) Cobrar resposta do MEC ao ofício que solicita abertura de negociação, encaminhado em 28 de maio.
- c) Formalizar denúncia junto à OIT, com maior brevidade possível, das ações antissindicais e antidemocráticas protagonizadas pelo Governo Federal, que desrespeita o direito à negociação e criminaliza a prática de greve.
- d) rodada de assembleias gerais até a próxima terça, com retorno ao trabalho na quarta-feira dia 25. O posicionamento das assembleias será compilado pelo CNG na próxima terça à noite.
- e) Seguir negociando e exigindo efetividade da pauta nas negociações locais, com mobilização, manifestações e outras atividades que garantam a efetividade dos processos em curso, bem como exigindo das reitorias que se manifestem quanto ao fato da AGU ter atuado em nome das IFES. Queremos que os reitores afirmem que essa ação não partiu das Universidades.

INFORME DA COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Após informações de que algumas entidades estão com dificuldades na atualização como consignatárias, o que pode comprometer o repasse de mensalidades para a Federação, orientamos:

- **Observar com muita atenção as explicações das regras antes de enviar os formulários. Mesmo assim, pode haver interpretações equivocadas ou duvidosas, por parte dos analistas do MPOG.**

- As Coordenações de Organização Sindical e Administração e Finanças se colocam a disposição na semana de 16 a 20 de junho, para auxiliar no que for necessário, na busca de sucesso do processo de cadastramento das entidades filiadas.
- Para a elucidação de dúvidas, haverá plantão em Brasília para contato e solução de problemas juntos aos órgãos competentes.

QUADRO DE GREVE DA FASUBRA

94 DIAS EM GREVE				
ENTIDADE	SIM	NÃO	OBSERVAÇÃO	
1.	SINTUNIR			
2.	SINSTAUFAP	X		
3.	SINTESAM	X		
4.	SINDTIFES-PA	X		
5.	SINTEST-AC	X		
6.	SINTUFAL	X		
7.	SINTUFPI	X		
8.	SINTUFEPE-RUR	X		RETORNO AO TRABALHO 25/06
9.	SINTUFEPE-FED	X		
10.	ASSUFBA-SIND.		X	RETORNOU 11/06
11.	SINTUFCE	X		
12.	SINTEST-RN			RETORNO IMEDIATO 18/06
13.	SINTESPB	X		
14.	SINTEMA	X		
15.	SINTUFS	X		
16.	SINTUF-MT	X		
17.	SINT-IFESgo		X	RETORNOU 16/06
18.	SINTFUB	X		
19.	SISTA-MS	X		
20.	SINTAD-TO	X		
21.	ASAV-SIND.	X		
22.	SINDIFES		X	RETORNOU 16/06
23.	SINTUNIFEI	X		
24.	SINDUFLA	X		
25.	SINTE-MED	X		
26.	SINTUFEJUF	X		
27.	SIND. ASSUFOP	X		
28.	SINT-UNIFAL		X	
29.	SINDS-UFSJ	X		
30.	SINTET-UFU	X		
31.	SINTUFES	X		
32.	SINTUFSCAR	X		
33.	SINTUNIFESP		X	
34.	SINTUFABC	X		
35.	ASUNIRIO	X		
36.	SINTUFF	X		
37.	SINTUR-RJ	X		
38.	SINTUFRJ	X		
39.	SINTUFSC	X		
40.	SINDITEST-PR	X		
41.	ASSUFRGS	X		
42.	ASSUFSM		X	
43.	APTAFURG		X	
44.	ASUFPEL		X	
45.	SINDIPAMPA	X		
Total		35	05	



**23ª Nota Pública do Fórum Nacional de Educação de
Manifestação em Favor da Política Nacional de Participação
Social, aprovada “ad referendum”.**

Brasília, 17 de junho de 2014.

O Documento Final da Conae 2010 contém um conjunto de deliberações que demandam a ampliação e o fortalecimento da participação social na construção do Sistema Nacional de Educação e na implementação do Plano Nacional de Educação. O segundo eixo temático dessa conferência, teve como título “Qualidade da Educação, Gestão Democrática e Avaliação” por compreender que estas são dimensões interdependentes na consolidação da política nacional de educação.

Na mesma direção, a Conae 2014 assumiu como tema central “O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração”, onde a participação popular é reafirmada como dimensão fundamental na articulação fecunda entre governo e sociedade civil.

O Decreto Federal nº 8.243/2014 que instituiu a participação social como método de governo, impulsionará as instâncias e os mecanismos de democracia participativa a serem mais articulados e fortalecidos. Portanto, o FNE reitera importância da participação social considerando:

- ser esta uma luta histórica defendida pelo processo de redemocratização da sociedade brasileira, reiterada nas deliberações da Conae 2010;
- contribuir para a efetivação do princípio de democracia direta instituído pela Constituição Federal de 1988, quando afirmou, “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou DIRETAMENTE, nos termos desta Constituição.”;

- por possibilitar que decisões do governo estejam mais próximas dos anseios da população; por aumentar o controle da população sobre as ações do governo, colaborando com a fiscalização e controle social sobre o uso dos recursos públicos e as decisões das políticas do Estado; enfim,

- por abrir o Estado à participação de todas as partes interessadas em cada setor, evitando-se que somente aqueles que possuem canais privilegiados de acesso incidam sobre os tomadores de decisão.

O Fórum Nacional de Educação, portanto, manifesta-se em favor da Política Nacional de Participação Social, instituída pelo Decreto Federal nº 8.243/2014, e solicita o apoio de todos os parlamentares para que esta política seja efetivada, fortalecendo a democracia representativa e participativa.

Coordenação do Fórum Nacional de Educação

INFORME DE BASE

SISTA-MS: “ASSEMBLEIA APROVA RECUPERAÇÃO DA PAUTA DA GREVE

Em assembleia realizada em frente ao Hospital Dia do Núcleo de Hospital Universitário na data de hoje (12.06.14), após longo debate e considerando que estamos há muito tempo sem qualquer resposta por parte do Governo e nossa greve sem perspectivas, os presentes aprovaram por unanimidade de enviarmos um documento oficial do SISTA ao Comando Nacional de Greve da FASUBRA cobrando que seja reaberta as negociações pelo MEC com os trabalhadores.

O teor do Ofício a ser enviado ao Ministério da Educação e Cultura, deverá constar a reabertura das negociações, tendo como parâmetro inicial para negociação de nossas reivindicações o teor contido no Ofício nº 56/2014-GAB/SESu/MEC de 14 de março de 2014 enviado pelo Ministério da Educação e Cultura à FASUBRA e que fora rejeitado pelo Comando Nacional de Greve.

Assembleia dia 18.06.14

Nossa próxima assembleia de greve será dia 18 de junho de 2014 na Concha Acustica da UFMS, a partir das 08:30 horas”.

ASSUFBA-SIND.: “TRABALHADORES DA UFBA APROVAM FIM DA GREVE E RETORNO DAS ATIVIDADES DIA 16

Por ampla maioria, os servidores técnico-administrativos aprovaram o fim da greve e o retorno das atividades para a segunda-feira (16/06), em assembleia geral realizada na manhã desta quarta-feira (11), na Faculdade de Arquitetura. Dos mais de 270 presentes no encontro, foram registrados apenas seis votos contra e três abstenções. A paralisação teve início em 17 de março deste ano.

A votação aprovou ainda uma audiência com a Prodep na segunda (16) para tratar da implantação dos Turnos Contínuos, falar sobre qualificação e capacitação e discutir o funcionamento da Universidade nos dias dos jogos da Copa do Mundo em Salvador, devido à dificuldade de locomoção e acesso a área central da cidade.

De acordo com a coordenadora Geral da Assufba, Cássia Maciel, a proposta de suspensão das atividades em dias de jogos em Salvador será apresentada também na tarde desta quarta-feira, durante a reunião do Consuni.

A assembleia teve início com a apresentação do último Informe de Greve da Fasubra, publicado no último dia 06, que indica o fortalecimento da greve e que é necessário permanecer no movimento. Mas a realidade é o esvaziamento das iniciativas do CNG e a falta de representantes estaduais no comando.

Cássia Maciel relatou aos servidores o desconforto causado na categoria, na última semana, por um coordenador da Fasubra, que publicou em seu perfil no facebook a manutenção da greve por unanimidade em votação no CNG, fato este que não ocorreu. O diretor de Comunicação do Sindicato, Valmiro dos Santos, que estava no Comando Nacional, reafirmou que a situação não é verídica e salientou que o CNG não tem competência para iniciar ou sair da greve. Quem decide são as bases.

“Como delegado da Bahia, pedi que fosse encaminhado ao CNG a saída da greve para esta quarta-feira. Saí de Brasília e não tinha nenhuma perspectiva de avanço nas negociações. Muitos delegados que lá estão nem sabem o que foram fazer. Vimos o CNG da Fasubra meio perdido, pois existem diversas forças políticas que não estão interessadas em defender a categoria”, declarou Valmiro.

Segundo Cássia Maciel, existe uma repercussão nacional por conta da decisão da Bahia em retirar-se da greve, pois vários estados estão seguindo o que foi definido aqui. Ela afirmou ainda que, de acordo com os informes locais, a UFRB permanece na greve com a defesa da pauta local e a UFOB apontou a saída do movimento.”

ASAV-SIND: “O CLG dos Servidores Técnico Administrativos, da Universidade Federal de Viçosa, reunido no dia 16/06/2014 aprovou a seguinte proposta:

Em relação ao longo período de ociosidade sem nenhuma avaliação de conjuntura, falta de resposta do documento protocolado no MEC, com objetivo de retomarmos as negociações com base na proposta apresentada anteriormente por parte do governo, solicitamos uma avaliação e deliberação aprovada por voto, sobre a continuidade da greve ou não, ou então, que o Comando Nacional de Greve oriente um indicativo de saída unificada da greve dentro do prazo máximo de 10 (Dez) dias, a contar desta data. Se dentro deste prazo, o Comando Nacional não encaminhar nenhuma orientação neste sentido, o Comando Local de Greve dos Técnicos Administrativos da Universidade Federal de Viçosa, vai encaminhar para a assembleia de greve uma proposta de saída do movimento para apreciação dos demais companheiros.”

ASSUFRGS: “Greve da UFRGS, UFCSPA e IFRS-Campus Porto Alegre

Assembleia Geral de Greve, reunida no dia 17 de junho de 2014, aprovou, por aclamação, a seguinte análise de conjuntura e proposta:

Análise e proposta do movimento paredista da base da Assufrgs ao CNG Fasubra:

Considerando:

1. Que estamos há mais de 90 dias em greve;
2. A intransigência do governo que: não cumpriu na íntegra o acordo de greve de 2012; só recebeu a categoria após dois meses de greve, com a caravana nacional da FASUBRA e o trancamento do MPOG, não apresentando proposta que contemplasse minimamente a pauta da FASUBRA;
3. Que o movimento paredista da base da ASSUFRGS encontra-se desgastado em virtude do prolongamento do enfrentamento com o governo;
4. Que se faz necessário o acúmulo de forças para movimentos futuros.

Propomos:

1. Suspensão unificada da greve nacional da FASUBRA;
2. A data de 30 de junho como marco para essa retirada estratégica, a fim de possibilitar tempo hábil para rodadas de assembleias nas bases da Federação;
3. Tendo em vista o pagamento da última parcela do acordo de greve de 2012, em março de 2015, propomos a manutenção do estado de greve, com realização de paralisações nacionais a partir de julho de 2014, visando a mobilizações futuras por: resolubilidade dos grupos de trabalho; aprimoramento da carreira, incluindo o aumento no piso e no step; democratização; turnos contínuos (30 horas); reposição das perdas salariais e demais pautas da Federação.”

SINTUF-MT: “Em Assembléia Geral realizada no dia 10 de junho de 2014, com mais de 130 pessoas que assinaram a Lista de presença, após avaliação da conjuntura e dos encaminhamentos do CNG - FASUBRA foi deliberado por ampla maioria o abaixo exposto:

Considerando:

As limitações das avaliações realizadas pelo CNG - sem apresentação de cenários e estratégias para continuidade da Greve e reabertura de negociação com o governo;

A falta de respostas as reiteradas indagações realizadas pela base do SINTUFMT e a não publicação no IG da mesma;

- A fragilidade da presença de entidades em Greve no CNG;
- A ausência de membros da Direção no CNG;
- A saída isolada da Greve de algumas entidades de base.

- O esvaziamento de Brasília no período de COPA e no período das Convenções partidárias em função das eleições de outubro de 2014.
- A necessidade da rearticulação de forças para retomada do movimento no ano de 2015, caso não avance a negociação com quanto a pauta que deverá ser protocolada com antecedência.
- A falta de definição quanto aos itens do aprimoramento da Carreira, aprovados na Plenária que aprovou a data indicativa da Greve, no tocante a necessidade do debate quanto a proposição da FASUBRA.
- A manutenção do isolamento da Greve da FASUBRA;
- A falta de foco e objetividade na condução da Greve.

Delibera:

- Encaminhar a FASUBRA posição de construção de data para saída unificada da Greve, evitando a dispersão do movimento com finalizações de greves isoladas. Posição aprovada com apenas 02 votos contra e nenhuma abstenção.
- Entrar em contato com a ASSUFBA para aguardar a data de saída unificada, caso o CNG acate a nossa proposição.
- Não participação da caravana no dia 25 de junho.
- Encaminhar os companheiros Jean Carlos Dourado de Alcântara e César Segóvia para integrar o CNG a partir do dia 16 de junho.
- Encaminhar o Coordenador Jean Alcântara e o representante de base Albedi, para AG no campus e Barra do Garças, para evitar a finalização da Greve naquele campi.”

SinTUFABC: “Na UFABC o movimento grevista se intensificou na última semana, com a adesão de alguns setores que então não estavam em greve. O fato de conseguirmos deflagrar a greve na UFABC apesar de todas as dificuldades e seu posterior fortalecimento deve-se à insatisfação com o governo federal e também um cansaço com relação a enrolação de antigas reivindicações da categoria, que a reitoria tem prontas condições de atender, desde a gestão passada.

Na Universidade, setores que continuam funcionando estão fazendo um regime de escala. Conseguimos garantir companheiros no ato do dia 12, "Na Copa Vai ter Luta", onde nos encontramos com companheiros das universidades estaduais em greve e do SINDITEST-PR.

Na UFABC, apesar de nenhum comprometimento concreto da reitoria, há possibilidade de conseguirmos a implementação da redução da jornada para 30 horas semanais sem redução do salário em boa parte da universidade, já que a categoria há anos luta pela ampliação do regime de 30 horas na universidade e está cansada de tanta enrolação, com a realização de GT's que, mesmo com resultados positivos, não são implementados.

Alguns setores estão mais mobilizados em torno desta bandeira, como as assistentes sociais e também dos laboratoristas. Dentre os laboratoristas, a maioria dos TA's não tem o pagamento de insalubridade até hoje, mesmo após 8 anos de existência da UFABC, e há pouco tempo conseguiram EPI's (Equipamentos de Proteção Individual - obrigatoriedade do empregador), após uma intervenção do sindicato. Sobre as reivindicações, nossa proposta é implementação da redução da jornada de 30 horas de IMEDIATO. Também trabalhamos com a possibilidade da revisão das punições dos processados do processo administrativo que atingiu trabalhadores que denunciaram o assédio moral na UFABC e dirigentes sindicais, em uma nítida prática antisindical. Também há outros pontos da pauta, como pagamento de insalubridade, democratização da universidade e outros.”

SINTUFEPE/UFRPE: “ASSEMBLEIA SINTUFEPE SEÇÃO UFRPE 4a FEIRA DIA 18 DE JUNHO DE 2014 ADUFERPE 09:30h.”

SINTE-MED: “O Comando Local de Greve dos Técnicos da UFTM se reuniu, hoje, na sede do SINTE-MED. No início da reunião as falas foram sobre o Ato de Fechamento da BR 050, na divisa de São Paulo e Minas Gerais, na quinta-feira, 12/06/2014. O Ato foi avaliado como um Ato importante por ter conseguido reunir 3 segmentos locais da Educação e um movimento social que foi o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, paralisando o trânsito no sentido São Paulo-Minas por 1h e 50 minutos. Houve repercussão na imprensa local e de Ribeirão Preto-SP, e a tônica da nossa greve foi prioritária no Ato. Ao inteirarmos 90 dias de Greve, podemos dizer que nossa pauta local tem avanços significativos que podem, ou não, ser consolidados, o que torna o momento delicado. Há três lutas locais que são alvo de nossos esforços políticos nessa Greve, junto ao Reitor da UFTM: 1 –) Insalubridade: os companheiros deverão fazer solicitações de revisão de seus casos e o SINTE-MED dará apoio, inclusive jurídico; 2 -) Assédio Moral : há uma Comissão a ser nomeada pelo Reitor, cujos nomes já foram retirados em Assembleia de Greve e encaminhados; 3 -) Quanto às 30 Horas, há também uma Comissão a ser nomeada pelo Reitor, cujos nomes foram retirados em Assembleia de Greve e enviados ao Reitor por ofício dia 02 de junho de 2014. O questionamento do Atendimento feito no Hospital aos trabalhadores e estudantes, a quem tem mal súbito e necessita de atendimento emergencial foi discutido como uma pendência das negociações com o Reitor. Nas intervenções, o Comando Local de Greve avaliou que o Comando Nacional de Greve cumpre um papel fundamental de, além de continuar nos manifestos na frente do MEC e MPOG por negociação, apontar orientações para ação coordenada concomitantes sobre as pautas locais no próximo período, para que haja visibilidade nessas negociações e

concomitância nos encaminhamentos, o que poderia incidir positivamente nas pressões locais, pois alguns reitores poderão fazer corpo mole e não viabilizar as Comissões de Implantação das 30 Horas. Indicamos, portanto, uma ação nacional sobre as pautas locais e as 30 Horas, especificamente, reivindicando 30 HORAS PARA TODOS. Localmente, o CLG deverá ir ao encontro do Reitor da UFTM. Após as discussões foi deliberado o seguinte calendário para esta semana: 17/06/2014, 09:00h, o CLG/UFTM irá até o Superintendente do Hospital para conversar sobre o atendimento emergencial de trabalhadores que passem mal durante suas jornadas na UFTM; 18/06/2014, às 14:00h, o CLG/UFTM irá cobrar do Reitor a publicação de portarias das Comissões de Assédio Moral e de Implantação das 30 Horas, cujos nomes já foram encaminhados. Ao final da reunião, o Comando Local de Greve decidiu que a filiada Ana Paula de Azevedo deveria se juntar ao Comando Nacional de Greve como delegada da base do SINTE-MED, a partir do dia 17/06/2014.

A GREVE CONTINUA! DILMA, A CULPA É SUA! NEGOCIA, GOVERNO, MAS NEGOCIA DE VERDADE. 30 HORAS PARA TODOS OS TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES!"

SINTESAM: “Terça-feira (10), em assembleia geral da categoria realizada no Bosque da resistência (entrada do Campus/UFAM), teve início com panfletagem já as 7 horas da manhã, os técnicos em educação da UFAM decidiram pela manutenção da greve no estado do Amazonas, considerando que todos os cinco polos (Itacoatiara, Parintins, Coari, Humaitá, Benjamin Constant) e capital estão em greve. Logo após a AG, o Comando Local de greve reuniu-se com a direção da Faculdade de Ciências Agrárias para tratar de denúncias sobre colocação de faltas e disponibilidades de grevistas junto ao DRH, constatada a veracidade das denúncias pelo diretor da unidade, o CLG/SINTESAM diante dos esclarecimentos, posicionou-se contrário tal decisão, ficando acordado ao final da reunião, que direção da unidade e CLG/SINTESAM tomarão as providências necessárias para que não haja perseguição aos trabalhadores em greve e nem posterior ao movimento paredista.

O CLG/Sintesam prepara ações dentro do calendário de atividades da greve, na quinta-feira (12), com a chegada a Manaus, do coordenador da Fasubra Sindical, Luiz Antônio, aconteceu de 9h às 14 horas na sala da CIS, reunião de avaliação da greve e preparação para o debate com a administração da UFAM, marcada para sexta-feira (13), tendo como ponto principal a pauta nacional de greve.

Às 7:30 de sexta-feira (13), começou a concentração dos trabalhadores em educação na porta da Reitoria, como preparação da assembleia geral da categoria que ocorreu às 9 horas no Hall do Centro Administrativos da UFAM, onde funciona a Reitoria e demais Pró-Reitorias, a assembleia foi bastante participativa, principalmente pelos informes repassados pelo Coordenador da Fasubra Sindical, Luiz Antônio. Após uma rica avaliação de conjuntura a categoria mais uma vez votou pela manutenção da greve no Estado do Amazonas. Durante a assembleia foram escolhidos técnicos em educação representando as Unidades Acadêmicas e Administrativas Capital e Interior, para participarem conjuntamente com o CLG/SINTESAM, do debate, que começou às 10 horas na sala de reunião da Reitora.

No debate estiveram presentes a Reitora, Pró-Reitores, Diretores de Unidades, nosso CLG/Ampliado e o Coordenador da Fasubra Sindical, Luiz Antônio. O CLG/Sintesam deu início ao debate apresentando nossos entendimentos do não cumprimento do acordo de greve 2012 pelo governo, o que levou a categoria decidirem pela greve 2014, e apresentou nossa pauta interna de reivindicação tendo como ponto principal a criação de turnos contínuos na UFAM, com a criação de uma comissão paritária, com prazo de conclusão e implementação, liberação dos membros da comissão. Em seguida, Luiz Antônio em sua intervenção avaliou o cenário e a pauta nacional, justificou a decisão da categoria pela greve, e a necessidade de construção de mesas de negociação nas IFES com objetivo de avançar nas pautas internas, principalmente em pontos relacionados com a pauta nacional, que podem ser resolvidos via Autonomia Universitária.

Depois de protocolada a nossa pauta interna de reivindicação, foi entregue a Reitora. Durante o debate diretores e pró-reitores se manifestaram sobre vários assuntos todos relacionados as nossas reivindicações e nossas ações durante greve, os representantes do CLG/ampliado, não só esclareceu como justificou como legítimas nossas reivindicações e nossas ações.

O posicionamento da Reitora, quanto a nossa reivindicação de construção de comissão paritária e todos os detalhes para a criação de turnos contínuos na UFAM, não concordou com nossa proposta, apresentando justificativa que o trabalho realizado por duas comissões criadas para o assunto não poderia ser descartado, o que o CLG/ampliado concordou, mais insistiu na necessidade de construção da comissão no modelo apresentado pela categoria, várias intervenções por partes dos dirigentes e CLG/ampliado, depois de minutos de tensionamento, ficou acertado que a Reitoria, convocará reunião com os representantes das duas comissões e a representação do movimento, para avaliar os relatórios e dar seguimento aos próximos passos, o CLG/ampliado pediu celeridade não só na reunião com as comissões, como a instalação de mesa de negociação para debate dos pontos de nossa pauta de reivindicação.

O CLG/Sintesam avaliou que nossas ações têm sido importantes no momento conjuntural de nossa greve, espera que a Administração da UFAM, avance no debate de nossa pauta de reivindicação o mais breve possível, com retorno positivo para a instituição e nossa categoria.

O CLG/SINTESAM dentro do calendário de atividades desenvolve reuniões de PLANTÃO na sala da CIS e a próxima assembleia de greve marcada para a terça-feira (24), às 9horas no Hall da FCA, localizado no setor sul do campus da UFAM.”

SINTUFSC: “Encaminhamentos aprovados na última AGP

Data: 13 de junho de 2014

Horário: 9 horas

Local: Auditório da Reitoria

Coordenação: Hudson Queiroz, Terence Miranda, Jeiselaine e Nilton.

Assembleia Geral Permanente, 17 de junho, terça-feira, às 9 horas no auditório da reitoria.

Reunião do CLG: dia 16 de junho, 14h no auditório da reitoria e dia 18 de junho, 14h para elaborar o documento de avaliação de greve a ser enviado ao CNG.

Encaminhar como orientação para que o CNG/Fasubra crie e/ou reative seu GT Creches, GT Democracia, GT 30 horas, GT Hu’s, sendo que estes precisam estar nos mesmos patamares que o GT carreira, GT Saude e GT educação.

Delegados para o CNG: Teresinha Ceccato, Enézimo Marcelino, Jorge Fernandes e Enaura Graciosa;

Entendimento da categoria de que a definição campi difere da definição de centro de ensino, visão esta que deverá orientar o debate temático junto aos demais regimentos da universidade. Que Gabriel Martins e Rafael Pereira juntamente com TAE’s de Joinville, aperfeiçoem os outros pontos do documento apresentado na assembléia que trata da proposta dos TAE’s de institucionalização dos campi.”

SINTUFEJUF: “Categoria acata ordem judicial do STJ e delibera pelo fim do movimento com retorno dia 23/06 (segunda)

Técnico-administrativos reunidos em assembléia de greve (18/06, 9h no Restaurante Universitário - Centro), avaliam a greve em todo o contexto e a ordem judicial do Superior Tribunal de Justiça – STJ que determinou, através de uma liminar concedida a AGU – Advocacia Geral da União, determinando o fim imediato da greve dos funcionários das universidades e institutos federais brasileiros. Houve os informes locais, nacionais e o informe da representante dos técnicos sobre o decorrer da consulta para Reitor e Vice, e que a Comissão Eleitoral enviará o resultado oficial ao Reitor da UFJF. Também sobre a expressiva votação dos TAEs na chapa 10 que ganhou o pleito “Viver uma nova Universidade”. Foram aprovados os seguintes encaminhamentos:

- Que a Direção da Fasubra faça o resgate da proposta do MEC (14/03) – Ministério da Educação a categoria;

- Término da greve e retorno para o dia 23/06 (segunda-feira), cumprindo decisão judicial do STJ.”

SINTEST-RN: “Técnicos da UFRN retornam ao trabalho após decisão em assembleia extraordinária

A direção do SINTEST/RN e o Comando Local de Greve foram pegos de surpresa na última terça-feira (17), com a chegada de telegrama judicial oficiando a entidade a respeito da decisão liminar tomada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconhecendo a abusividade da greve.

A decisão determina a retomada dos trabalhos, sob pena de multa diária de 200 mil reais à entidade descumpridora da mesma.

Em virtude da urgência em comunicar e discutir com a categoria a decisão, esforços foram tomados para que o maior número de pessoas estivesse na manhã desta quarta-feira (18), em assembleia extraordinária, convocada com este fim. A assembleia contou, inclusive, com a participação da nossa assessoria jurídica, através do Dr. Carlos Alberto Marques que esclareceu as implicações judiciais e subsidiou a categoria com informações para avaliação e encaminhamentos.

Após perguntas e respostas, a categoria avaliou que a multa imputada ao descumprimento da decisão tem valor significativo e que a entidade não teria condições de arcar com as consequências de uma possível execução. Avaliou que o momento era de se voltar para a discussão da pauta interna, considerada pela maioria que se manifestou como a maior vitória deste movimento, considerando que várias universidades já concretizaram acordos a respeito das 30h e que outras iniciaram as negociações de forma mais efetiva.

Por fim, após as avaliações, com nenhum voto contrário e três abstenções dos que estavam presentes, os técnico-administrativos da UFRN decidiram pelo retorno imediato ao trabalho, com o entendimento de que até esta sexta-feira todos os setores da universidade devem estar normalizados no atendimento.

Vale ressaltar que a liminar judicial inclui como réus não apenas o SINTEST/RN, mas todos os sindicatos que representam as universidades brasileiras em seus respectivos estados, bem como a federação nacional, a Fasubra. Importante informar também que as assessorias jurídicas tanto do SINTEST/RN quanto da Fasubra já estão debruçadas sobre a decisão e produzindo recurso para derrubar a liminar.”

SINTUFEPE-UFRPE: “ENCAMINHAMENTOS DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINTUFEPE/UFRPE, EM 18 DE JUNHO DE 2014, NO AUDITÓRIO DA ADUFERPE.

- FIM DA GREVE;
- RETORNO ÀS ATIVIDADES NA PRÓXIMA QUARTA-FEIRA, 25 DE JUNHO DE 2014;
- DAR CONTINUIDADE À DISCUSSÃO SOBRE A PAUTA INTERNA DA UFRPE COM A ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR;

- FORTALECER A DISCUSSÃO DENTRO DA UNIVERSIDADE SOBRE OS TURNOS CONTÍNUOS JUNTO COM AS UNIDADES ACADÊMICA;
- FAZER UM MUTIRÃO NA PRÓXIMA TERÇA-FEIRA (24), PELA MANHÃ, PARA RETIRAR OS MATERIAIS DA GREVE ESPALHADOS NA UNIVERSIDADE;
- IDA AOS CAMPI AVANÇADOS PARA REPASSAR OS INFORMES SOBRE O FIM DA GREVE E DELIBERAÇÕES;
- ORIENTAR A FASUBRA A ENTRAR COM UMA AÇÃO JUDICIAL PELA NÃO IMPLEMENTAÇÃO DA RACIONALIZAÇÃO DOS CARGOS NO PCCTAE. A CATEGORIA ENXERGA QUE SE O GOVERNO ENTROU COM UMA AÇÃO NO STJ CRIMINALIZANDO O MOVIMENTO, ELE DEVE SER PUNIDO JUDICIALMENTE PELO DESCUMPRIMENTO DO ACORDO DE GREVE DE 2012.”

NOTÍCIAS

STJ suspende greve de servidores de institutos e universidades federais

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou, em medida liminar, a suspensão da greve dos professores e técnicos administrativos de institutos de educação e universidades federais e do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Pela decisão, os servidores em greve devem retomar as atividades, paralisadas há 58 dias.

Os ministros relatores das ações de dissídio da greve proibiram também a realização de bloqueios ou empecilhos à movimentação de pessoas nas instituições de ensino, sejam servidores, autoridades ou usuários. Em caso de descumprimento, a multa diária pode chegar a R\$ 200 mil.

As decisões foram tomadas em duas ações movidas pela Advocacia-Geral da União (AGU) no STJ contra os movimentos grevistas. De acordo com a AGU, os pedidos de suspensão têm por base acordo para reestruturação remuneratória firmado judicialmente, em 2012, entre o governo federal e os servidores públicos federais, incluindo os docentes e técnicos administrativos das instituições federais de ensino superior.

A AGU argumentou que a greve prejudica cerca de um milhão de estudantes em todo o país e que os serviços essenciais prestados pelas universidades e institutos estavam comprometidos. Por esse motivo, requereu a suspensão das paralisações e a aplicação de multas caso as ordens fossem descumpridas.

O Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) informou que irá recorrer da decisão. A assessoria da Sinasefe afirmou que o acordo em questão não foi assinado pela entidade e sim pela Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (Proifefes), instituição que perdeu o direito de representar o Sinasefe.

A assessoria da Sinasefe disse ainda que há equívocos na decisão do STJ, entre eles o fato de o tribunal ter considerado que 100% dos trabalhadores estão paralisados e de não ter levado em consideração que os serviços essenciais estão preservados. De acordo com o sindicato, servidores de 19 estados aderiram à greve, abrangendo 163 instituições.

Fonte: Agência Brasil - 18/06/2014

ASSUFMSM garante abono de permanência aos servidores desde o preenchimento dos requisitos à aposentadoria voluntária

O benefício deve ser pago àqueles que continuam em atividade, mesmo podendo optar pela aposentadoria voluntária, independentemente de prévio requerimento administrativo.

A Associação dos Servidores da Universidade Federal de Santa Maria (ASSUFMSM), em ação proposta contra a UFSM, obteve o reconhecimento do direito dos servidores ao recebimento do abono de permanência, sem a necessidade de fazer pedido administrativo, desde quando preencheram os requisitos à aposentadoria voluntária com proventos integrais. Representada por **Wagner Advogados Associados**, a categoria assegurou o benefício com base na redação que a Emenda Constitucional nº 41/03 conferiu à Constituição Federal de 1988, a qual estabelece a concessão do abono.

O abono é destinado àqueles servidores públicos que possuem os requisitos à aposentadoria voluntária com proventos integrais, mas que optam por continuar na ativa. Com a opção de permanecer atuando no serviço público, a Universidade interpretou que se fazia necessária a apresentação de requerimento que manifestasse o interesse do servidor no recebimento do abono, gerando efeitos financeiros a partir da solicitação.

Todavia, a ausência de requerimento de aposentadoria voluntária, quando preenchidos os seus requisitos, configura implícita opção do servidor em permanecer em atividade, fato que dá ensejo ao pagamento do

abono de permanência. Isso porque a legislação não exige que o servidor informe sua continuidade na atividade laboral para que tenha direito ao benefício.

A Universidade, então, deve pagar o abono desde o momento em que o servidor poderia se aposentar voluntariamente com proventos integrais até a data em que efetivamente passou a recebê-lo na via administrativa. Tais parcelas devem ser acrescidas de juros e correção monetária.

A sentença está sujeita a avaliação do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Fonte: Wagner Advogados Associados

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

2014

JUNHO

25 e 26	145ª. RO - CIRH
---------	-----------------

JULHO

2 e 3	67ª. R.O. MNNP-SUS
-------	--------------------

16 e 17	Reunião Ordinária CNS
---------	-----------------------

23 e 24	146ª. RO - CIRH
---------	-----------------

AGOSTO

6 e 7	Reunião Ordinária CNS
-------	-----------------------

7	Reuniões com as Comissões FNE e FEE (manhã); Reuniões do Pleno (tarde)
---	--

8	Encontro do FNE com os Coordenadores dos FEE
---	--

20 e 21	147ª. RO - CIRH
---------	-----------------

SETEMBRO

10 e 11	Reunião Ordinária CNS
---------	-----------------------

24 e 25	148ª. RO - CIRH
---------	-----------------

OUTUBRO

8 e 9	Reunião Ordinária CNS
-------	-----------------------

22 e 23	149ª. RO - CIRH
---------	-----------------

NOVEMBRO

5 e 6	Reunião Ordinária CNS
-------	-----------------------

19 a 23	CONAE
---------	-------

26 e 27	150ª. RO - CIRH
---------	-----------------

DEZEMBRO

10 e 11	Reunião Ordinária CNS
---------	-----------------------

11 e 12	1º dia da CIRH concomitante com 2º dia do pleno do CNS.
---------	---